

O NORTE INTERIOR, O FINANCIAMENTO DO DESENVOLVIMENTO E OS FUNDOS COMUNITÁRIOS – ALGUMAS REFLEXÕES

Teresa SEQUEIRA

Assistente

Departamento de Economia e Sociologia (DES)
Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro

Francisco DINIZ

Professor Associado

Departamento de Economia e Sociologia (DES)
Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro

1. INTRODUÇÃO

O conceito de desenvolvimento pressupõe crescimento a partir de um determinado *status quo* e, por isso, tem subjacente a ideia de progresso. O crescimento e o progresso para conduzir ao desenvolvimento terão que ser sustentados por um acto de meditação, de questionar o que existe, agitando e revolvendo o ponto de partida, no sentido de arrastar consigo um processo de mudança. Ao desenvolvimento está associada a ideia de observação de uma determinada situação inicial a partir da qual, depois de uma reflexão, se implemente um processo de crescimento indissociável da sua transformação e mudança para um estado qualitativamente e não só quantitativamente, superior. Se desenvolvimento é futuro, não pode existir sem um conhecimento profundo do passado para, nomeadamente, se poder implementar um processo que conduza a um estado qualitativamente diferente e melhor daquele que, até aqui tem sido conhecido.

Essencialmente, foram três as correntes da ciência e da política regional que sucessivamente, influenciaram a problemática do desenvolvimento, e cujos efeitos continuam a fazer-se sentir nos dias de hoje:

- a visão **neoclássica**, associada ao liberalismo económico, que (com excepção de Marshall) atribui um papel relativamente marginal às questões espaciais com base na óptica de que o mercado, funcionando sem peias, minimizaria a divergência entre o perfil de custos e benefícios de empreendimentos comparáveis em regiões distintas;
- a abordagem **keynesiana**, de cariz intervencionista e enraizada na análise estruturalista da formação (desigual) e funcionamento (imperfeito) de mercados, e com fortes preocupações (re)distributivas¹; e

¹ Devido à confiança na aplicabilidade da racionalidade científica à intervenção governamental nos assuntos económicos e sociais (através da planeamento indicativo e/ou gestão tecnocrata), a abordagem keynesiana adoptou muito mais entusiasticamente as técnicas quantitativas de modelação da economia regional que emergiram no período pós Segunda Guerra Mundial.

- a perspectiva do **crescimento endógeno** que, nas suas versões menos fundamentalistas, e apesar de, muitas vezes, decorrente de posições mais ou menos liberais, dá primazia aos recursos endógenos (físicos, humanos e culturais), e ao poder local.

Tendo por base tanto o conceito de desenvolvimento e as diferentes abordagens da problemática das políticas regionais, este trabalho pretende analisar o papel dos fundos comunitários no financiamento do desenvolvimento de uma região Portuguesa que apresenta características que a torna, por um lado, predominantemente, rural e, por conseguinte, desfavorecida face ao todo nacional. Esta análise tem como fim tecer algumas reflexões sobre a forma como os fundos comunitários poderão ou não ter contribuído para a alteração do g das NUT do Alto Trás-os-Montes e Douro.

2. ENQUADRAMENTO

O Norte interior, correspondente à área das duas NUT III Alto Trás-os-Montes e Douro, é uma zona eminentemente rural, com uma população envelhecida, dispersa e pouco qualificada, tendo-se registado nas últimas décadas um declínio muito acentuado na população residente (quadro 1).

Quadro 1 –O Norte Interior no Contexto Nacional e da UE: Síntese de Indicadores Gerais

Indicador	Ano	Unidade	ATM	Douro	Portugal	EU
População residente	2001	%	2,2	2,1	100,0	
Var. população residente	1981/2001	%	-18,1	-15,2	5,3	-
Densidade populacional	2001	hab./km ²	27,3	54,0	112,7	
	1997				108,3	117,6
Índice de envelhecimento	2001	%	165,5	128,1	102,6	
	1995				83,5	89,5
Pop. 15-64 com form. secundário	2001	%	17,4	16,9	23,6	
	1996				9,0	41,0
Pop. 15-64 com form. superior	2001	%	12,8	11,8	15,7	
	1996	%			10,0	18,0
Pop. empregada na agricultura	1991	%	39,7	35,0		
	1995	%			11,5	5,3
Taxa mortalidade infantil	1994/98	%0	9,5	8,2	6,9	
	1997				6,4	5,3
Médicos por 1.000 habitantes	1998	nº	1,3	1,2	3,1	-
	1997				3,0	3,7
Aloj. c/rede de drenagem/trat. esgotos	2001	%	91,7	92,0	96,7	-
Itinerários Principais + Complementares	1993	% rede total	42,4	30,4	44,7	-
Densidade Autoestradas	1996	p/mil km ²	0	0	8,7	14,3
Espectáculos públicos	1998	% nº sessões	0,4	0,2	100	-

Fonte: INE, 1993, 1994, 2000, 2002; Ministério do Planeamento, 1999.

Os indicadores apresentados, mostram um interior desertificado e deprimido, aspectos ainda mais salientes, como seria de esperar, quando comparamos os valores do país com os valores médios comunitários.

Apesar da significativa melhoria registada nos últimos anos, os indicadores de saúde, nomeadamente a taxa de mortalidade infantil e o número de médicos por habitante, ainda se encontram longe dos valores médios nacionais.

Quanto a infra-estruturas, verifica-se que o acesso às infra-estruturas básicas está praticamente garantido, sendo certo, por exemplo, que a grande maioria das casas já dispõe de acesso à rede de saneamento. No capítulo das infra-estruturas rodoviárias, apesar da região não dispor de auto-estradas, o peso da rede de itinerários principais e complementares representava em Trás-os-Montes um valor próximo do valor médio do continente, revelando o Douro um desvio significativo, ao que não será alheio o facto dos traçados rodoviários previstos estarem ainda em construção.

Relativamente a outros aspectos que poderão também contribuir para uma melhor percepção da realidade, elegemos como indicador, no tocante a cultura, o número de sessões de espectáculos públicos, compostos essencialmente por cinema. Os valores apurados permitem deduzir o fraquíssimo acesso do norte interior a este tipo de actividade cultural.

Quadro 2 –Norte Interior no Contexto Nacional: Síntese de Indicadores Económicos

Indicador	Ano	Unidade	ATM	Douro	Portugal
Poder de Compra per capita	2000	%	56,87	54,99	100
Sup. Agrícola Utilizada (SAU)	1999	%	8,25	3,60	100
Empr/ soc. sediadas na região:					
Nº de empresas	1999	%	2,05	1,77	100
Nº de sociedades	1999	%	1,03	1,06	100
Pessoal ao serviço nas soc.	1998	%	0,58	0,68	100
Volume vendas sociedades	1998	%	0,41	0,42	100
VAB p.m.	1997	%	1,49	1,72	100
Estrutura do VAB: 1990					
Agricultura, Silv. e Pescas			16,80	13,50	5,8
Indústria e Construção			33,20	28,60	37
Serviços			50,00	57,90	57,2
Total			100	100	100

Fontes: INE, 1993, 2001, 2002; Delgado e Godinho, 1994.

Em termos económicos, o quadro 2 apresenta uma síntese de diversos indicadores, que confirmam a perspectiva de uma zona deprimida.

De facto, constata-se que o poder de compra por habitante representa pouco mais que metade do valor do país. O tecido empresarial é débil, constituído maioritariamente por micro empresas, onde se incluem as empresas em nome individual, geradoras de poucos postos de trabalho e com volumes de vendas ainda menos significativos, donde se induz baixos níveis de produtividade.

Quanto à estrutura do Valor Acrescentado Bruto, destaca-se o peso relativo da contribuição do sector primário, quando comparado com os valores médios nacionais.

Neste quadro de profundas assimetrias regionais, caberá naturalmente a questão do financiamento do desenvolvimento regional e dos papéis atribuídos às entidades privadas e públicas. Relativamente ao financiamento através de capitais privados, este normalmente acontece pela via do investimento numa actividade produtiva. Assim, quando uma entidade privada investe numa determinada actividade, induzirá, provavelmente, o crescimento económico desse sector, o que poderá originar desenvolvimento, com todas as ressalvas habituais entre a noção de crescimento e desenvolvimento. A notar ainda, que este investimento privado, tratando-se de uma acção individualizada, pode conduzir a distorções inter-sectoriais e inter-regionais, pelo que o financiamento do desenvolvimento por esta via não deverá dispensar a actuação do Estado.

Quanto ao financiamento do desenvolvimento regional através de capitais públicos, salientamos a importância objectiva e formal desta forma de financiamento, consagrada constitucionalmente no caso português, onde expressamente se encontra estabelecido o desenvolvimento como objectivo último do Estado e se releva o papel deste como agente desse desenvolvimento (Sequeira, 1997).

Baseando-nos em Samuelson e Nordhaus (1992), aceitaremos que ao Estado cabe garantir os célebres três “E”-Eficiência, Estabilidade e Equidade-, não numa perspectiva de autoridade, mas, como referiram Lopes *et al.* (1989), numa perspectiva de orientação, direcção e regulação. O Estado deverá, então, orientar e promover acções de desenvolvimento, nomeadamente orientando e promovendo o investimento, quer público quer privado, e conciliando o interesse colectivo com a liberdade individual.

Notamos ainda que este processo deverá ser viável, numa perspectiva económica e numa perspectiva social. Neste âmbito, Lopes *et al.* (1989), referiram que...” a tentativa de fazer das empresas entidades de solidariedade social, em nome de equilíbrios definidos no espaço nacional, condena-as à inviabilidade no espaço essencial de concorrência, não sendo pois realizável esta transferência da função compensação do Estado para as empresas”. Continuavam, sublinhando que “... só o Estado tem meios suficientes para financiar acções de compensação, protecção e segurança”, que possam permitir a viabilização social desse processo de desenvolvimento.

Tendo presente a origem pública da principal fonte de financiamento do desenvolvimento da região, nomeadamente, atendendo aos montantes envolvidos nas transferências comunitárias, iremos convergir a nossa análise em alguns aspectos dos Quadros Comunitários de Apoio (QCA) já encerrados e a que a região teve acesso.

3. OS QUADROS COMUNITÁRIOS DE APOIO E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

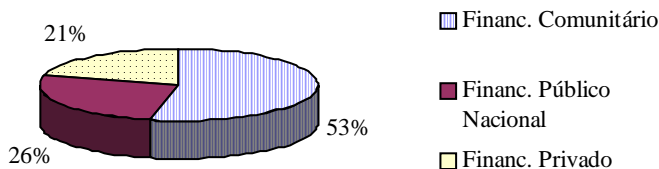
Os QCA são contratos de parceria entre os Estados-membros e a Comunidade Europeia, com o objectivo de financiar um conjunto de intervenções operacionais, conducentes à concretização da política de desenvolvimento definida pelo tratado de Roma. Esta política institui o princípio da coesão económica e social, que tem por fim assegurar o desenvolvimento harmonioso do seu espaço, através da redução das desigualdades entre as diversas regiões e do atraso das mais desfavorecidas.

Para a realização desta política, foram criados 4 instrumentos de co-financiamento, denominados fundos estruturais: o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER); o

Fundo Social Europeu (FSE); o Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola – Orientação (FEOGA-O) e o Instrumento Financeiro de Orientação da Pesca (IFOP). No capítulo de fundos, haverá ainda a acrescentar o Fundo de Coesão, destinado aos Estados-membros cujo produto nacional bruto por habitante seja inferior a 90% da média comunitária.

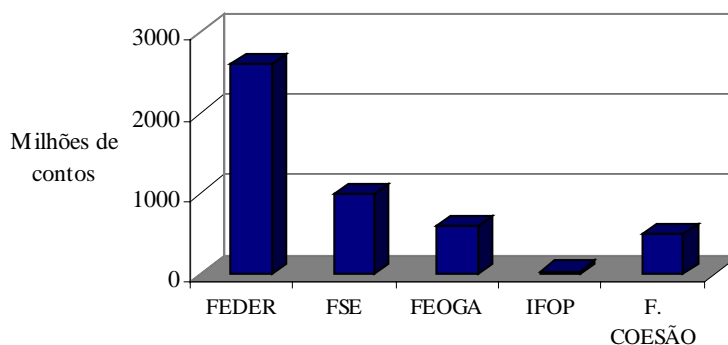
Portugal já executou dois QCA, estando em vigor o QCA III que irá até ao ano 2006. O primeiro (QCA I) foi dirigido ao período 1989/1993, e o segundo (QCA II) vigorou de 1994 a 1999.

Os QCA I e II permitiram um investimento de cerca de 9 mil milhões de contos², apoiados essencialmente pelos financiamentos comunitários (figura 1) e dentro destes, com destaque para o FEDER, como se verifica na figura 2.



Fonte: DGDR, 1994 e 2000.

Fig. 1 – O financiamento do investimento no âmbito dos QCA I e II



Fonte: DGDR, 1994 e 2000.

Fig. 2 – Repartição inter-fundos do financiamento do investimento no âmbito dos QCA I e II

² A moeda portuguesa em vigor no período em análise era o escudo, utilizando-se a expressão conto para designar a quantia de mil escudos. Assim, à luz do euro, a um conto equivaleriam aproximadamente 5 euros.

Debruçando-nos agora sobre o Norte interior, iremos tratar os aspectos que nos pareceram mais pertinentes à luz do anteriormente exposto, dando natural destaque ao acesso desta região ao FEDER, pela importância do fundo em objectivos e volume financeiros, e ao FEOGA pela importância que o sector primário assume neste território.

Quanto ao FEDER, trata-se de um fundo criado em 1975 e destinado ao financiamento da ajuda estrutural, através de programas de desenvolvimento regional para as regiões menos desenvolvidas, com vista à redução das assimetrias regionais. Daí a importância da análise deste fundo neste trabalho.

Quanto ao volume, como vimos, é o fundo que mais contribui para o QCA. Na verdade, para um investimento superior a 7,5 mil milhões de contos, realizado durante estes dois quadros, a comparticipação pública no continente, (FEDER e comparticipação nacional) ultrapassou os 4 mil milhões de contos, dos quais cerca de 2,7 mil milhões de contos a título de FEDER.

No período em análise, o norte interior realizou um investimento de quase 200 milhões de contos, usufruindo de uma comparticipação pública superior a 153 milhões de contos, incluindo aproximadamente 106 milhões de contos do FEDER.

Quadro 3 – O Norte interior e o apoio participado pelo FEDER

Un: milhares de contos

	Investimento	Comparticipação FEDER+Nacional		
		Montante	per capita*	por ha área
Norte interior	199.962	153.782	0,35	0,13
Continente	7.565.265	4.224.081	0,43	0,48

* calculado tendo por base a população residente em 2001

Fonte: DGDR, 1995 e 2002. INE, 1994, 2002.

Tendo presente que o norte interior detém, actualmente, cerca de 4,5% da população residente no continente e que representa 14% da área, verifica-se, a partir do quadro 3, que a região em estudo apenas teve acesso a cerca 3,6% do valor da comparticipação pública registado no continente.

Os rácios apresentados confirmam estas disparidades: o norte interior apresenta, *per capita*, um valor de aproximadamente 350 contos, contra 430 contos de média continental. Esta diferença torna-se ainda mais relevante se tivermos em consideração que foi calculado com base nos resultados do último recenseamento (2001), que permitiu apurar a já referida quebra acentuada da população residente na área em estudo – ou seja, os valores *per capita* apurados na região não se devem tanto ao considerável volume de fundos, mas sim ao reduzido número de habitantes.

Dada a vocação estrutural do fundo em questão, calculamos também os valores médios por superfície, que vieram confirmar as nossas suspeitas: 130 contos por hectare (ha) no norte interior, para uma média continental de 480 contos.

Quadro 4 – O acesso relativo do Norte interior ao apoio no âmbito do FEDER

Un: %

Quadro Comunitário de Apoio	O Norte interior em percentagem do Continente			
	Inv. Total	Comp. FEDER	Comp.Nacional.	Comp.Total
QCA I				
Sistemas de incentivos	2,20	3,15	3,15	3,15
Programas	3,58	4,09	3,07	3,65
Total	2,94	3,87	3,08	3,55
QCA II				
Projectos de incentivos	1,24	2,01	2,32	2,08
Projectos públicos	4,03	4,58	3,47	4,18
Projectos mistos	1,12	1,12	1,13	1,12
Total	2,50	3,88	3,29	3,69

Fonte: DGDR, 1995 e 2002.

Destaca-se ainda que existe uma diferença significativa entre investimentos de iniciativa essencialmente privada e os de iniciativa pública (quadro 4), diferença esta que se agrava na análise do QCA II. Neste caso concreto, o norte interior investiu apenas 1,2% do montante do continente, tendo recebido cerca de 2,1% do total em projectos de iniciativa privada, contra 4,2% em projectos de iniciativa pública. Esta situação indicia um maior dinamismo das entidades públicas, reflexo da eleição por parte das instituições nacionais e comunitárias, de políticas de desenvolvimento regional tipo *Big-Push* (Rosenstein-Rodan, 1961), defensoras de uma forte injeção de capital em infra-estruturas de base, capazes de proporcionar as condições ao desenvolvimento. Indicia ainda, se atendermos a que a região, em 1999, detinha, sediadas na própria região, cerca de 3,8% das empresas com sede em Portugal (considerando-se empresas os empresários em nome individual e as sociedades), sendo responsável por 3,2% do Valor Acrescentado Bruto a preços de mercado (ano de 1997), que o tecido empresarial desta região apresenta, perante os valores de investimento e de apoio, um menor dinamismo relativo.

Quanto ao FEOGA-Orientação, secção do FEOGA que assegura as subvenções para programas de racionalização, modernização e melhoramentos estruturais na agricultura, poderemos constatar no quadro seguinte (quadro 5) o acesso da região aos principais programas subvencionados.

Quadro 5– O acesso do Norte interior ao apoio participado pelo FEOGA-O

	Norte interior	Continente	Norte interior em % do continente
QCA I *			
nº de projectos	11.767	80.338	14,6
investimento total (milhões contos)	80,56	634,47	12,7
Comp. Total (milhões de contos)	70,29	483,35	14,5
QCA II**			
nº de projectos	8.779	52.991	16,6
investimento total (milhões contos)	84,85	668,91	12,7
Comp. Total (milhões de contos)	73,80	488,09	15,1

QCA I*: inclui Anterior Regulamento (1986/1988) e QCAI

QCA II**: relativo ao PAMAF; PEDIZA; PPDR; Propesca; IC Pesca

Fonte: IFADAP, 1995 e 2002.

No período compreendido entre a adesão à Comunidade e o fim do QCAII, o continente usufruiu de cerca de 971 milhões de contos de apoios públicos (FEOGA-O e despesa pública nacional), no âmbito dos principais programas dirigidos ao desenvolvimento da Agricultura e Pescas. A região em estudo, representativa de cerca de 12% da Superfície Agrícola Utilizada (SAU) e 14% da população activa empregue na agricultura, recebeu, em termos médios, 15% de apoio dentro destes programas.

Numa primeira abordagem à distribuição do apoios, tendo em atenção os factores anteriormente citados, parece-nos que a região apresentava valores superiores à média do continente, quer *per capita*, quer por hectare de SAU: estimamos os valores de 2.420 contos por activo agrícola e 310 contos por ha de SAU, contra 2.350 e 260 contos respectivamente para o continente. No entanto, se excluirmos as indemnizações compensatórias, uma vez que não constituem apoio ao investimento produtivo propriamente dito, a situação muda de figura, com o Norte interior a apresentar valores inferiores à média continental no que toca a captações: 1.840 contos por activo agrícola no interior, contra os 2.070 médios do continente (quadro 6).

Quadro 6– Alguns rácios sobre o acesso ao FEOGA-O

Un: milhares contos

	População emp. sec. primário 1991	SAU (ha) 1999	Investimento			Comp. *** FEOGA+ Nacional		
			Montante	por act.	por ha	Montante	por act.	por ha
				agrícola	de SAU		agrícola	de SAU
Norte-interior	59.486	457.889	165.402	2,78	0,36	109.355	1,84	0,24
Continente	413.325	3.736.165	1.303.373	3,15	0,35	857.520	2,07	0,23

*** Sem indemnizações compensatórias

Fonte: IFADAP, 1995, 2002; INE, 1994, 2001.

Em termos de apoio médio por ha de SAU, a região continua a apresentar valores superiores à média, mas teremos que ter em consideração o tipo de ocupação do solo: no norte interior predominam os cereais, com um significado em termos de percentagem de SAU semelhante ao do continente, imediatamente seguido pela vinha, esta última com uma muito maior importância relativa – cerca de 14% da SAU, contra uma média de 6% para o continente. Atendendo ao facto do investimento por ha de vinha ser bastante elevado e superior ao da generalidade das outras culturas, esta diferença de apoio por ha de SAU dilui-se.

4. ALGUMAS CONCLUSÕES

Apesar de em termos operacionais se terem registado problemas na execução dos Quadros Comunitários de Apoio, como dificuldades na elaboração de projectos, prazos de aprovação dos mesmos e recebimento de incentivos, investigações desenvolvidas mostram a importância destes instrumentos no desenvolvimento regional (Leite, 1999).

Os quadros comunitários de apoio consubstanciam, pois, importantes instrumentos das políticas de incentivos financeiros ao desenvolvimento, nomeadamente na perspectiva da criação das infra-estruturas e no apoio directo ao investimento das empresas.

Como foi possível observar, no caso da região em estudo, apurou-se que região teve um menor acesso relativo ao apoio ao investimento produtivo, em detrimento de programas de iniciativa pública, virados essencialmente para as infra-estruturas.

Não desprezando a importância da infra-estruturação, cremos, todavia, que o desenvolvimento da região passa pelo desenvolvimento do tecido empresarial, concentrado no aproveitamento de vantagens concorrenciais específicas em mercados de produtos especializados, admitindo-se a existência de nichos de mercado não viáveis num contexto regional ou nacional, mas que o poderão ser num contexto europeu.

O desenvolvimento do tecido empresarial apresenta-se, no entanto, fortemente condicionado, não apenas pela já referida mão-de-obra pouco qualificada, mas principalmente pelas características dos empresários e das empresas locais. A diminuta preparação dos empresários, a pequena dimensão destas empresas, que se traduz numa frequente incapacidade de resposta em termos de capacidade produtiva e a precariedade ou inexistência de canais de distribuição e de comercialização, torna mais difícil a inovação necessária ao desenvolvimento da actividade económica.

Neste campo, pensamos que é possível e necessária uma intervenção das entidades públicas, incentivando e orientando o investimento produtivo. Não nos referimos apenas a políticas de subvenção, nomeadamente o caso dos subsídios a fundo perdido e empréstimos a taxa zero ou bonificada que, ao valorizar a dimensão financeira dos recursos disponíveis em detrimento da formulação e concretização da estratégia de desenvolvimento económico e social, poderão tender a inverter a hierarquia desejável destas matérias. Referimo-nos, particularmente, ao apoio e canalização do investimento através do prémio e incentivo à actividade, ao investimento e aos resultados económicos obtidos, nomeadamente pela via dos benefícios fiscais.

O governo português, através da Lei nº171/99, alterada pela Lei nº 30/C/2000, deu um primeiro passo nesta matéria, ao atribuir um conjunto de benefícios fiscais às zonas do interior. No entanto, só muito recentemente, apenas em Dezembro de 2001, esta lei foi finalmente regulamentada, sendo possível constatar que a totalidade dos concelhos da região em análise se encontra abrangida.

Não será certamente a solução mágica, mas cremos que será um factor importante no desenvolvimento da região, sempre numa perspectiva de complementaridade com outros instrumentos de incentivo ao investimento, nomeadamente os Quadros Comunitários de Apoio.

5. BIBLIOGRAFIA

DELGADO, Ana Paula, G ODINHO, Isabel Maria, Caracterização sócio-económica da Região Norte, vol. I e II, Associação Industrial Portuense, Porto, 1994.

DIRECÇÃO GERAL DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, Um Olhar sobre o QCA II- Encerramento do Período de Programação 1994-1999, Comissão de Gestão dos Fundos Comunitários, Lisboa, 2000.

- DIRECÇÃO GERAL DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL. SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEAMENTO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL, Dados estatísticos fornecidos pela instituição, Ministério do Planeamento e da Administração do Território, Lisboa, 1995 a 2002.
- DIRECÇÃO GERAL DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL. SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEAMENTO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL, Desenvolvimento Regional em Marcha. N.º especial de Fevereiro de 1994, Ministério do Planeamento e da Administração do Território, Lisboa, 1994.
- EUROSTAT, Estatísticas de Base da Comunidade, EUROSTAT, Bruxelas, 1994.
- INSTITUTO DE FINANCIAMENTO E APOIO AO DESENVOLVIMENTO E APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA E PESCAS (IFADAP). GABINETE DE ESTUDOS E APOIO TÉCNICO, Dados estatísticos fornecidos pela instituição, Lisboa, 1995 a 2002.
- INSTITUTO DE FINANCIAMENTO E APOIO AO DESENVOLVIMENTO E APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA E PESCAS (IFADAP), <http://ifadap.min-agricultura.pt/ifadap/estatistica>, Lisboa, 2002
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, Anuário Estatístico de Portugal – 1992, Instituto Nacional de Estatística, Lisboa, 1993.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, Censos 91, resultados definitivos: Portugal, INE, Lisboa, 1994.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, Anuário Estatístico - Região Norte (1999), Instituto Nacional de Estatística, Direcção Regional do Norte, Porto, 1999.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, Anuário Estatístico de Portugal – 1999, Instituto Nacional de Estatística, Lisboa, 2000.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, Contas Regionais e Estimativas Preliminares de 1999 (1995-1998), Instituto Nacional de Estatística, Lisboa, 2001.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, Recenseamento Geral Agrícola, 1999, Instituto Nacional de Estatística, Lisboa, 2001.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, Censos 2001 - Resultados Provisórios (Portugal), Instituto Nacional de Estatística, Lisboa, 2002.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, Estudo do Poder de Compra Concelhio 2000, Lisboa, 2002.
- LEITE, Arsénio Oliveira, A importância dos programas de incentivos financeiros ao investimento nas PME do norte de Portugal, Universidade do Minho, Braga, 1999.
- LOPES, Hernâni; GRILO, Marçal; NAZARETH, Manuel; AGUIAR, Joaquim e GOMES AMARAL, J.; Portugal: O desafio dos anos 90, Editorial Presença, Instituto Humanismo e Desenvolvimento, Lisboa, 1989.
- MINISTÉRIO DO PLANEAMENTO, Portugal: Plano de Desenvolvimento Regional – 2000-2006, Ministério do Planeamento, Lisboa, 1999.

SAMUELSON, Paul e NORDHAUS, William, Economia, 14ª edição, Editora Mac - Graw Hill de Portugal, Lda., Lisboa, 1992.

ROSENSTEIN-RODAN, P.N., Notes on the Theory of Big Push, Ellis and Wallich Editions, 1961.

SEQUEIRA, Maria Teresa, Os Fundos Estruturais Comunitários e o Desenvolvimento Regional: aplicação no Norte interior (1986/93), UTAD, Vila Real, 1997.